Ata nº 1.521/2020

Aos dez dias de junho de 2020, às 19 horas em Sessão Ordinária sob a Presidência da vereadora Arnilde Teresa Sosnoski Kriger, onde todos os vereadores estavam presentes. Inicialmente foi levada a votação a ata da Sessão Ordinária n° 1.520/2020 a qual foi aprovada por todos os vereadores. Não houve comunicados a serem lidos. **Tribuna Popular**: não houve inscritos. Entrando no **Grande Expediente**, a primeira vereadora a utilizar o espaço da tribuna foi a vereadora **Claudete T. P. de Souza**, a qual cumprimentou a todos e comentou sobre a lista dos beneficiários do auxílio emergencial que veio a público nos últimos dias e que está sendo muito comentada. Sobre isso afirmou que também comentou sobre o assunto nas redes sociais e acredita que muitas pessoas que estão recebendo esse auxílio não precisariam e que as mesmas deveriam devolver esse valor, utilizar da empatia que muitos falam, para que este possa chegar as pessoas que realmente precisam, pois muitos que realmente precisariam não estão recebendo devido a pessoas que não precisam estarem recebendo. Afirmou que a maioria das pessoas que vivem no município não necessitam de nenhum tipo de auxílio, pois estão "bem de vida", tem emprego, tem comida, tem onde morar. Disse que há muitas pessoas que não tem nada disso, passam por muitas necessidades e que precisariam muito mais desse auxílio e o não estão recebendo. Acredita que muitos se cadastraram e não imaginavam que esta listagem viria a público, e que foi um "furo" do Governo não estreitar os requisitos para obtenção deste auxílio. Acrescentou que não é uma crítica a quem está recebendo o auxílio, pois estes fizeram o cadastro e se estão recebendo é porque atenderam os requisitos, mas acredita que deveria ter sido melhor pensado na hora de criar os critérios para obtenção e quem deveria realizar o cadastro das pessoas que realmente precisam. O próxima a utilizar o espaço, foi o vereador **Márcio A. Rossi,** o qual cumprimentou a todos e continuou o comentário da colega vereadora Claudete, sobre o assunto do auxílio emergencial. Em sua opinião o Governo não tem obrigação e conhecer a realidade de cada um, por isso estabeleceu critérios para obtenção desse auxílio que seria destinado para quem de fato precisa, e que passa por necessidades, que estão mais vulneráveis. Leu os critérios que eram necessários para obtenção do auxílio, como: cidadão maior de 18 anos, ou mãe com menos de 18 anos, que atenda a todos os seguintes requisitos. Esteja desempregado ou exerça atividade na condição de: Microempreendedores individuais (MEI); Contribuinte individual da Previdência Social; Trabalhador Informal. Pertença à família cuja renda mensal por pessoa não ultrapasse meio salário mínimo (R$ 522,50), ou cuja renda familiar total seja de até 3 (três) salários mínimos (R$ 3.135,00). Quem não tem direito: Tenha emprego formal ativo; Pertence à família com renda superior a três salários mínimos (R$ 3.135,00) ou cuja renda mensal por pessoa maior que meio salário mínimo (R$ 522,50); Está recebendo Seguro Desemprego; Está recebendo benefícios previdenciários, assistenciais ou benefício de transferência de renda federal, com exceção do Bolsa Família; Recebeu rendimentos tributáveis acima do teto de R$ 28.559.70 em 2018, de acordo com declaração do Imposto de Renda. Afirmou que em localidades pequenas onde todos se conhecem, é fácil afirmar que este ou aquele está

fazendo uso indevido do dinheiro público, para estes que receberam e não precisam, afirma que devem fazer a devolução desse dinheiro, gerando uma guia de recolhimento para a união, que está disponível dentro do site da Ministério da Cidadania, para que este possa ser destinado a quem realmente precisa. Intervenção vereador José L. Comin: afirmou que o Governo tirou alguns benefícios do Bolsa Família quando assumiu o mandato, e criticou que nos governos anteriores utilizavam deste meio para ganhar votos, e que agora com este auxílio emergencial estaria fazendo a mesma coisa, se promovendo politicamente. Comparou esta situação com a realidade do município em tempos de eleições, onde sempre a administração atual recebe críticas e que a oposição promete algo a mais para poder se eleger, e que depois de eleito tudo é esquecido e segue-se com as mesmas ações e que a população deve estar ciente dessas jogadas políticas, para poder eleger com consciência os seus governantes. Questionou, hoje o que a oposição teria a mais para oferecer ao município, tendo em vista tudo que já foi realizado? Comentou também que conforme foi citado pelo colega vereador Gustavo na última sessão, há municípios que estão optando por não ter pleitos eleitorais e manter a administração já existente. Acredita que o Governo deveria ter estudado melhor a liberação destes recursos e criado regras mais específicas para que somente quem realmente precisa, pudesse ter acesso a estes valores do auxílio emergencial. Disse que sabe que muitos não precisam desse valor, mas que por ver toda a hora nos noticiários e meios de comunicação uso indevido do dinheiro público, desvios, etc., a população se acha no direito de utilizar estes valores que foram oferecidos pelo Governo, mesmo não tendo necessidade. Questionou de onde está vindo este dinheiro, se a pouco tempo atrás muito se afirmava que não existiam recursos para nada, e agora simplesmente o Governo libera valores através de auxílio emergencial. Intervenção vereadora Claudete T. P. de Souza: afirmou que entende o posicionamento do colega vereador, e que como o mesmo afirmou, o que governo faz tantas “falcatruas” com o povo, que este também se acha no direito de ir em busca. Mas disse que todos temos que ter na cabeça, na consciência e no caráter, que se a gente quer ver mudanças, essas tem que começar pela gente. Não adianta só falar e não agir de forma condizente. Citou que na última sessão afirmou em forma de elogio que no município não tinha corrupção, que era um exemplo para outros locais e hoje precisa afirmar que “lhe caíram os butiás” ou seja, que por causa dessa listagem de pessoas que receberam o auxílio no município teve que voltar atrás na sua afirmação. Intervenção vereadora Odete A. Bortolini: afirmou que só para complementar um pouco essa discussão, ouviu nos meios de comunicação que está realidade está em outros municípios também, e que não há nada de ilegal no processo, pode ter questões de ética, que é: “aquilo que eu posso, devo, ou quero”. Um conceito de Ética do Mário Sérgio Cortella que afirmou gostar muito, onde ele diz que ética é um conjunto de valores e princípios, onde as grandes questões da nossa vida devem ser: Quero? Devo? Posso? Há coisas que eu quero, mas não devo! Há coisas que devo mas não posso! E Tem coisas que eu posso e não quero! Comentou sobre o ato de ter empatia com o próximo, que seria o de se colocar no lugar do mesmo. De conhecer a realidade do outro para pode falar se é digno ou não. Acredita que ninguém fez nada de errado de ilegal, se está dentro dos critérios estabelecidos para obtenção do auxílio. Em sua opinião se o Governo tivesse distribuído de forma igualitária para toda a população o mesmo valor, e estes decidissem a forma que iriam utilizar ou não o valor recebido teria sido muito melhor. Também acredita que quem deveria ter

ficado responsável pelo cadastramento das pessoas para obtenção desse auxílio seriam os municípios, através dos CRAS – Centros de Referência de Assistência Social, pois estes conhecem a realidade do seu municípios e estes valores chegariam a quem realmente estaria precisando. Disse que todos os países estão distribuindo este auxílio emergencial, porque estamos vivendo uma situação muito diferente devido ao covid-19 e muitos estão sendo afetados por esta situação e com este auxílio conseguem amenizar os danos. Intervenção vereador Adi Scapinello: comentou sobre o pronunciamento do colega vereador José L. Comin, em relação as críticas aos governos anteriores, onde afirmou que o colega é um dos que mais criticam e que fica sempre citando o que deixaram de fazer em administrações anteriores. Questionou o colega se ele acha que os administradores anteriores trabalharam mal. Em resposta ao vereador José L. Comin afirmou que há de se reconhecer que existem duas épocas na história do município, e que não é uma crítica a administração anterior, mas que muita coisa deixou a desejar naquela época, e que hoje estaria fazendo a diferença na vida dos munícipes. Voltando ao seu pronunciamento o vereador Márcio A. Rossi pediu desculpas, pois alguns colegas que pediram o espaço para se pronunciar, acabaram fugindo do assunto que estava sendo debatido, que era sobre o auxílio emergencial. O próximo vereador a utilizar o espaço da tribuna, foi o vereador **Gustavo De Déa**, o qual cumprimentou a todos e disse que o povo já está cansado de ficar ouvindo histórias do passado, que querem informações atuais e não comparações com este ou aquele. Comentou sobre a confirmação do primeiro caso de covid-19 no município, onde a população não deve ficar alarmada e se trancar dentro das residências e achar que o mundo vai acabar. Estas devem sim continuar com todos os cuidados que já vinham tomando e seguir com as atividades do seu dia-a-dia. Afirmou que muitas pessoas foram afetadas em suas atividades laborais em função desse vírus, e que continuam trabalhando ou não e que está difícil, se antes já era difícil, agora com este vírus a situação agravou mais ainda. Sobre o auxílio emergencial, o nome já diz é “emergência” e não “urgência”, não é para quem está passando fome, é diferente do Programa de Auxílio do Bolsa Família que foi criado para retirar as famílias da pobreza e que até hoje só aumenta os beneficiários e a situação não melhora. Citou que uma parcela das pessoas que estão nesta lista de beneficiários, em suas palavras “até ontem eram gente boa, trabalhadores, amigos. Agora depois da divulgação desta lista, não prestam mais, são bandidos, defasem-se as amizades, e de bagagem vem os amigos e familiares destes que também são julgados na carona”. Afirma que existem situações de pessoas que estão nesta lista que com certeza não precisariam deste auxílio e estão recebendo, mas que a grande maioria se enquadra dentro dos critérios, e que é fácil julgar sem estar na situação do outro, pois cada qual “sabe onde o sapato aperta mais”, e que não fizeram nada de errado em requerer o que é seu por direito e ai vem algumas pessoas pregando a moral, como sendo os donos da razão e afirmando que assim que sair a próxima lista, “que aí sim a situação vai ficar pior, que vão sentar o pau”. Disse que da mesma forma que foi dado este auxílio, está tramitando a possibilidade de concessão de um auxílio que será destinado aos agricultores, e que estes auxílios são uma forma de impulsionar a economia e manter tudo funcionando. Acredita que existem outros assuntos importantes também para serem discutidos na Casa, e que não devem ser esquecidos como é o caso do projeto que definirá os salários dos agentes políticos: Prefeito, Vice, Secretários e vereadores, para a próxima legislatura, e tantos outros, e que para esses

que receberam o auxílio e não pretendem utilizar, que façam a devolução conforme informou o vereador Márcio A. Rossi, em seu pronunciamento e que o debate é sempre bom e mostra as diferentes perspectivas sobre os assuntos. Intervenção vereadora Claudete T. P. de Souza: afirmou que como município é pequeno, onde todos se conhecem e sabe-se quem teria direito ou não, e é por isso que acontecem os julgamentos. Em sua opinião é falta de caráter e oportunismo fazer uso de algo que não teria a necessidade, enquanto outros que poderiam estar recebendo, não conseguem. Afirmou que a mudança deve partir de nós, para depois poder cobrar uma atitude do próximo. A presidente agradeceu a todos pelos comentários e que cada qual tem uma opinião diferente e que sempre é bom o debate. Sobre os assunto debatidos, afirmou que não pode-se deixar de falar na confirmação do primeiro caso de covid-19 no município, da importância da continuidade nos cuidados, na utilização das máscaras e de sair de casa somente se for necessário, evitando assim aglomerações. Me relação ao auxílio emergencial, acredita que ninguém foi obrigado a realizar o cadastro e da mesma forma ninguém foi impedido de fazê-lo, cada qual sabe se tinha o direito ou não de receber, e se o mesmo foi dado é porque esta pessoa se enquadrou nos requisitos necessários. Para os que acham que não deveriam ter recebido, que façam a devolução do mesmo e este poderá ser destinado a alguém que realmente precise. Entrando na **Ordem do Dia**, não houve matéria a ser votada. **Esclarecimentos Pessoais,** não houveram inscritos. **Recados finais:** A Presidente informou que não haviam recados a serem dados. Não havendo mais nada a tratar a Presidente encerrou a Sessão e foi lavrada a presente Ata que após lida e achada conforme em seus termos vai assinada pelo Presidente, pelo 1º Secretário e demais vereadores.

Nova Roma do Sul, 10 de junho de 2020.

Arnilde Teresa Sosnoski Kriger	Márcio André Rossi
Presidente do Legislativo	1º Secretário